



Presidente **p.2**

Governo impõe "lei da rolha" à Proteção Civil



Presidente **p.12**

Governo perdoa banca, mas recusa construir o novo Hospital da Madeira

POVO LIVRE



n.º 1979
26 de julho de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º9, 1249-087 LISBOA
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>



LISBOA MERECE UMA AUTARCA GENUÍNA

Pedro Passos Coelho esteve na apresentação de Teresa Leal Coelho à liderança do município da capital

 **TERESA LEAL COELHO**
#PORUMASENHORALISBOA

Jantar do grupo parlamentar do PSD

Governo impõe “lei da rolha” à Proteção Civil

Para o presidente do PSD, o Governo tem de passar das promessas à prática. Agora que a legislatura vai a meio, o que se verifica é que há uma parte “da conversa feita que é enganosa e cínica”. No jantar do final da sessão legislativa, promovido pelo grupo parlamentar, dia 18, o presidente do PSD denunciou a inação do Estado no combate aos incêndios, alertando que, um mês depois, o “Estado tem falhado de forma clamorosa” e que “continua a falhar”.

Sobre as notícias recentes que dão conta de que as atualizações sobre os incêndios que deflagram em Portugal passam a ser dadas apenas na sede da Proteção Civil, em Lisboa, e não nos locais em que decorre o combate às chamas, Pedro Passos Coelho acusou o Governo de impor a “lei da rolha” aos serviços, por ter como “política primeira a da comunicação”. Na verdade, o que se verifica é um “tempo da demagogia política e é o tempo em que a política primeira, preferida, da maioria e do Governo é a da comunicação. Assim é mais fácil ser bem-sucedido na política de comunicação: é essencial que não haja notícias e depois espera-se que as que são captadas pela realidade não sejam tão más”.

Referindo-se à forma de fazer política da maioria como demagógica e dissimulada, o líder social-democrata lamentou, ainda, que a ajuda não tenha chegado, mais de um mês depois, às populações, e que o Estado continue a demonstrar má organização.

Estado “continua a falhar”

Passos Coelho considera que não se percebe como é que num dia aparece “o primeiro-ministro a dizer que é preciso aprender com os erros e, quando olhamos o que aconteceu em Alijó, vemos a descoordenação e novas falhas do SIRESP que, por acaso, foi aprovado por António Costa durante o seu mandato como ministro da Administração Interna”.

O que se exige é que o “Governo assuma responsabilidade e inspire confiança. Começam a faltar explicações, e temos de exigir a quem ocupa lugares de relevo que deem explicações, em vez de se andarem a passear. O meu desejo é que nos próximos dois anos, em vez de promessas, que pratiquem as ações, porque o País não pode viver só do que já se fez e digerir as reversões feitas. É preciso mais do que isso”.

“Já começa a ser um bocadinho cansativo no parlamento estar a exigir às pessoas que digam o que estão a fazer em vez de se passearem, como se se tratasse de um cenário, pelos locais da tragédia”, criticou.



Referindo-se aos dois anos que ainda faltam cumprir, o líder da oposição focou também o seu discurso nos dois anos volvidos. “Há boas razões para pensar que há uma parte da conversa feita que é enganosa e cínica. O Governo esconde a mão de algumas das coisas que assina com prejuízo para os contribuintes, e acena com elementos para criar a distração”. Tal verificou-se, por exemplo, na colocação dos professores: “foi preciso esperar pela publicação das listas para ver que podem ter sido efetivados cerca de mais 3000 professores. Ainda não há certeza, mas admitindo que o número está certo, e que o ano passado efetivaram 100, precisaram de dois anos para fazer tanto como nós fizemos apesar da crise”.

O atual Governo já elaborou dois Orçamentos do Estado, estando a caminho do terceiro, e já decorreram dois debates do Estado da Nação. Apesar dos embaraços que certas decisões têm vindo a provocar, a maioria arranjou mecanismos para funcionar.

Pedro Passos Coelho deu o exemplo do que aconteceu aquando da votação na especialidade, a propósito da aprovação da legislação da criação de um quadro legal que suporte a constituição de fundos para os lesados de processos bancários. “Foi curioso que não tenha sido muito noticiado, mas o que aconteceu foi que a proposta, na especialidade, foi chumbada, porque se abstiveram. O PS votou a favor e nós contra. Quando foi chumbada, o Bloco de Esquerda pediu para corrigir o voto, para votar a favor. Como estão a ver, os mecanismos da maioria no Parlamento funcionam, mesmo que isso possa causar constrangimentos”, disse.



Não se pode esquecer, no entanto, o que aconteceu com a “reavaliação de ativos, que custou mais de 200 milhões de euros. Quando olhamos para as condições renegociadas para o empréstimo ao Fundo de Resolução, sabemos agora, pela UTAO, que isso terá um custo na casa dos 600 milhões de euros. Já vamos em 800 milhões de euros de dissimulação. Não sei quanto vai custar a garantia pública para o fundo dos lesados, mas vão ser centenas de milhões. É vulgar em governos socialistas passar o cheque e os contribuintes pagarem. E ainda acham que podem responsabilizar politicamente o Governo anterior”.

Numa intervenção de cerca de 40 minutos, Passos Coelho referiu-se à privatização da PT, reiterando que ela não foi feita pelo seu Governo, que se limitou a terminar com a ‘golden share’ do Estado. “Não foi por a ‘golden share’ ter ido à vida que a empresa ficou pior, foi a cobertura da ‘golden share’ que o engenheiro Sócrates tem a seu crédito uma influência, que hoje é conhecida e ninguém duvida, no desfecho que a PT veio a conhecer”, salientou.

Portugal precisa de investimento

No entanto, nos últimos dois anos, foram muitos os cortes e cativações levados a cabo por este Governo. Mas “os cortes deles são inteligentes, ao contrário dos nossos que diziam ser cegos”, ironizou o líder do PSD. No Orçamento do Estado para 2018, irão dizer o que vão fazer ao investimento e à despesa corrente, e apresentar o devido critério.

Não se pode continuar com o desinvestimento para o futuro. Exemplo disso é o que se passa no SEF. O turismo tem tido resultados extraordinários, e “esperemos que o Governo não estrague, mas parece razoável esperar que, se o País quer aproveitar a abertura da economia e o interessa da procura, que receba bem os turistas. Há que fazer algum investimento para que as pessoas tenham vontade de voltar, para que seja sustentável”.

E é preciso um crescimento sustentável que passe pela criação de emprego, mas que não assente numa política de baixos salários. São cada vez mais o que vivem com o salário mínimo nacional, num “Governo que anda a dizer que é preciso um modelo que abandone os baixos salários”.



Pedro Passos Coelho na apresentação da candidatura
de Teresa Leal Coelho

Lisboa merece uma autarca genuína



TERESA LEAL COELHO

#FORUMASENHORALISBOA



O presidente do PSD acusou, dia 19, o Governo de “mandar passar cheques” que os portugueses terão de pagar e defendeu que o parlamento terá de se pronunciar sobre a renegociação dos empréstimos ao Fundo de Resolução. Na apresentação da candidatura de Teresa Leal Coelho à Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Passos Coelho deixou esta nota de política nacional e salientou que, quando foi anunciada essa renegociação dos empréstimos, o PSD “chamou a atenção” para as consequências negativas que teria para os contribuintes.

Na semana passada, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTA) concluiu que a revisão das condições do empréstimo do Tesouro ao Fundo de Resolução bancário piorou as condições para o Estado, traduzindo-se num valor atualizado líquido negativo de cerca de 630 milhões de euros, valor que o líder do PSD considerou ser “conservador”, dizendo que poderá ser o dobro.

“Ainda não se ouviu uma palavra de explicação sobre isto, é tão fácil estar no Governo, passar o cheque quando sabemos que não somos nós a pagar, são os outros. São os contribuintes, é um bocadinho a cada”,



política, na economia, no país, as coisas resultam sempre ou devem resultar de escolhas conscientes, não conseguimos ter tudo o que queremos, temos de escolher o que é prioritário”, defendeu.

No projeto de resolução entregue no parlamento, os sociais-democratas pedem ao Governo que renegoceie os empréstimos relativos ao Novo Banco e ao Banif acordados em 10 de fevereiro “em termos e condições que – na conjugação do prazo do empréstimo, escalonamento dos reembolsos de capital e taxa de juro – assegurem que o valor atualizado dos pagamentos de capital e juros dos empréstimos que o Estado recebe seja pelo menos igual ao valor emprestado pelo Estado”.

O presidente do PSD justificou o convite a Teresa Leal Coelho para concorrer à autarquia de Lisboa por saber que estaria “de corpo inteiro” neste desafio, e não para fazer “prova de vida”. “A Teresa não está aqui a fazer outras provas, prova de vida, não está aqui para somar, averbar nada mais que não seja a oportunidade de governar Lisboa”, defendeu Passos Coelho.

O líder do PSD enumerou características da candidata, como “o grande cosmopolitismo”, “a grande abertura a ideias novas” ou “a forma rápida e impetuosa como reage às coisas”, para destacar o seu lado genuíno, por contraponto a “um fingimento e cinismo” que considera caracterizarem o atual momento político.

“A candidatura de Teresa Leal Coelho é realmente uma frescura grande, uma lufada de ar fresco que acho

ironizou Passos.

Por este motivo, explicou, o PSD apresentou no parlamento um projeto que recomenda ao Governo que renegoceie as condições destes empréstimos do Estado ao Fundo de Resolução, com o objetivo de “obrigar ao parlamento a pronunciar-se sobre esta matéria”.

“Sempre que alguma matéria incomoda é silenciada pelo governo e pela maioria, não querem que as coisas sejam faladas, assobiam para o lado”, criticou, acrescentando que, quando for necessário pagar o cheque, “com sorte já ninguém se lembra quem o mandou passar”.

A este propósito, Passos Coelho lamentou que haja quem entenda tal atitude como “prova de genialidade política” e fez uma referência implícita ao Governo socialista de José Sócrates.

“Tivemos vários génios políticos ao longo do tempo que mandaram passar o cheque até não haver dinheiro para pagar nada. Alguns estão hoje no Governo, na hora difícil ninguém os viu”, criticou.

Passos Coelho defendeu outra maneira de estar na política, em que se explique quais são as opções do que se faz e do que se deixa de fazer.

“Não há negócios da China, ou não devia haver na





“Não queremos que os turistas que procuram Portugal e Lisboa estejam três horas no aeroporto”, criticou, defendendo que não é possível melhorar esta situação sem pôr em causa a segurança, a não ser com reforço dos recursos humanos.

Passos Coelho fez questão de cumprimentar o ex-presidente do PSD e antigo primeiro-ministro Pedro Santana Lopes, que marcou presença, e a sua qualidade de antigo autarca da capital. Destacou também o contributo que José Eduardo Martins, candidato a presidente da Assembleia Municipal, poderá dar à candidatura.

O líder do PSD reconheceu que a eleição constitui um desafio: “Nós não somos de desistir, muito menos quando as coisas são difíceis, é quando elas são difíceis que nos suplantamos. Boa sorte, senhora Lisboa”.

Num anfiteatro ao ar livre, na Fundação Champalimaud, marcaram presença o anterior e o atual líderes parlamentares do PSD, Luís Montenegro e Hugo Soares, o secretário-geral, José Matos Rosa, as vice-presidentes Maria Luís Albuquerque e Teresa Morais, o líder da distrital de Lisboa e deputado Pedro Pinto, bem como vários deputados (Margarida Mano, Joana Barata Lopes, Sérgio Azevedo). Na sessão, que contou com atuações da tuna

que o país precisa e Lisboa merece”, defendeu.

Passos Coelho considera que a atual liderança socialista da autarquia da capital não tem tido força política para resolver problemas que têm de ter uma intervenção do Governo, também do PS. Criticou, a esse propósito, a política de desinvestimento levada a cabo pelo atual Executivo, referindo-se, por exemplo, ao que se observa no Turismo.

“Não existe uma força política própria no município para tratar destes problemas”, afirmou, apontando como exemplo a necessidade de reforço das infraestruturas e recursos humanos para receber os turistas crescentes.

O líder do PSD defendeu que não é possível “ter uma vez e meia a procura” de há dez anos de turistas e “ter o mesmo dispositivo para receber as pessoas”, referindo-se em concreto à desorganização no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).



feminina da Universidade Lusíada, foram apresentados os 24 candidatos do PSD às Juntas de Freguesia.

Ouvir os lisboetas

A cabeça de lista do PSD à presidência da Câmara de Lisboa agradeceu a confiança depositada por Passos Coelho para este desafio, não só durante a campanha eleitoral, mas também por ter tido “um antecessor de peso”, Pedro Santana Lopes. “Foi um presidente de Câmara com uma visão estratégica para Lisboa, humanista e progressista. Deixou obra em Lisboa e disso nós muito nos orgulhamos”, sublinhou.

Teresa Leal Coelho disse ser “com muito orgulho, com muita ambição e com muita vontade” que encabeça esta candidatura, que visa alterar, “de todas as formas legítimas e lícitas”, as prioridades assumidas pela atual maioria socialista no executivo.

“Espero poder chegar com a minha voz (...) aos cidadãos de Lisboa para que possam ouvir as nossas propostas”, adiantou.

Falando sobre a perda de população residente, referiu que, “um dia destes, a marcha de Alfama ou da Mouraria, terão de ir treinar à Trafaria [concelho de Almada]”, já que “os moradores estão a ser expulsos”. Esta foi, desde logo, uma das apostas elencadas pela candidata, área na qual pretende introduzir políticas para “equilibrar o mercado e colocá-lo em patamares verdadeiramente realistas e apetecíveis”. Acrescem iniciativas nos âmbitos



PSD/CDS-PP/MPT encabeçada por Fernando Seara.

Lisboa é uma “cidade de visitas mal-amanhadas”

O candidato do PSD à presidência da Assembleia Municipal de Lisboa, José Eduardo Martins, criticou a liderança socialista na Câmara, que torna a capital numa “cidade de visitas mal-amanhadas”, por ser gerida “no mais selvagem liberalismo”.

Para José Eduardo Martins, Lisboa tornou-se numa “cidade de visitas mal-amanhadas, [...] que cada vez mais tira da cidade os lisboetas, que cada vez mais não é carne nem é peixe”. Isto, porque está “a ser gerida por quem quer fazer crescer uns prédios novos, sabe Deus onde, e por quem está de passagem a construir uma carreira para outros patamares”, acrescentou José Eduardo Martins.



da ação social (como construção de creches e centros de dia), e da mobilidade, com a aposta no transporte público, que visam fixar população.

Citando Francisco Sá Carneiro, que no dia 19 de julho faria 83 anos, Teresa Leal Coelho sublinhou que “a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização”.

“Somos um partido que se entrega às causas e, neste momento, a minha causa é Lisboa”, venceu.

Teresa de Andrade Leal Coelho, que completou 56 anos a 29 de março, nasceu em Moçambique e é licenciada em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, onde lecionava e pela qual tem o curso completo para doutoramento na área de jurídico-políticas. É vereadora na Câmara de Lisboa desde 2013, depois de ter sido número dois da lista



“Não é, seguramente, aquilo que a Teresa quer fazer”, visto que a candidata pretende “devolver Lisboa aos lisboetas”, frisou.

De acordo com José Eduardo Martins, Teresa Leal Coelho “vai enfrentar uma cidade que tem cada vez menos lisboetas” e que é gerida “no mais selvagem liberalismo”, sem regulação na área da habitação e do turismo. Resultado da gestão da maioria socialista no executivo “tem deixado a cidade ao Deus dará, à iniciativa selvagem”, afirmou.

Falando sobre o “êxodo populacional da cidade, que não tem comparação com nenhuma outra” localidade, apontou que a capital tem vindo a perder jovens residentes e que, ao invés, tem uma população cada vez mais idosa sem ter “resposta social” para esta faixa etária.

José Eduardo Martins vincou que, numa altura em que “tanto se fala de habitação sem nada fazer”, registou-se uma redução de 15% nos edifícios habitacionais, face ao que existia em 1991. Ao mesmo tempo, existem cerca de 50 mil fogos vazios. “É isto que se passa em Lisboa”, notou.

No que toca aos transportes, o concelho “tem uma política de mobilidade coxa”, na qual “é comum atacar o automóvel” sem apostar no transporte público.

“Lisboa também não é sequer um município responsável”, referiu, aludindo à investigação pelo Ministério Público de obras da autarquia, como o concurso lançado para requalificação da Segunda Circular.

“Precisamos de uma cidade de matriz social-democrata, orientada para as pessoas”, frisou, acrescentando que os municípios não podem ser vistos como “danos colaterais”.

Sobre a sua candidatura à Assembleia Municipal, indicou: “Estou aqui porque me desafiaram, no PSD/Lisboa, e porque me desafiou a Teresa, a quem agradeço e em quem acredito”.

Pedro Passos Coelho na abertura da convenção autárquica do distrito de Aveiro

Reforma florestal é uma “manta de retalhos”



O presidente do PSD acusou o atual Executivo de querer iludir os portugueses, com uma política de comunicação que é um “embuste” e que espelha o tempo que Portugal está a perder politicamente com a maioria que governa. “Como é que é possível haver tanto à vontade para sacudir a água do capote e para criar nas pessoas a ilusão de que quem governa não é o responsável pelo que está a ser decidido?”, questionou Passos Coelho, afirmando que a política de comunicação do Governo “é um embuste do princípio ao fim”. O presidente do PSD deu vários exemplos de tentativas do Governo de “sacudir a água do capote”, como o adiamento da aprovação do processo de descentralização no parlamento, os lesados do Banif ou o SIRESP (sistema de comunicações de emergência).

Na convenção autárquica do distrito de Aveiro, sábado, 22 de julho, o líder social-democrata deixou a certeza de que o PSD estará sempre disponível para as reformas de que o País precisa, reformas essas que já deram provas no passado, e que são “hoje a base do elogio de várias instituições. Mas também hoje estamos a perder oportunidades e a desperdiçar um tempo que não volta para trás”.

Referindo-se a notícias recentes, como foi o caso da lei da rolha nos bombeiros e proteção civil, Pedro Passos Coelho denunciou que “o tempo que estamos a viver desafia o espírito democrático e o pluralismo de uma sociedade livre”. O atual Governo não exerce o poder para todos, mas sim para “servir quem está no Governo. Baseiam-se na sobrevivência de quem exerce o poder, e não no interesse geral”.

Na verdade, o Executivo socialista tem um apreço tal pela política de comunicação que “é quase tudo. Mas esta política deveria obedecer a princípios, a regras, que deveriam refletir a preocupação pela transparência e verdade”. «

No entanto, não é isto que acontece, “é muitas vezes acontece o contrário, e usam a comunicação para induzir as pessoas a concluir o contrário do que se dispusessem de informação correta”. Tal verifica-se, por exemplo, na ausência de um processo descentralização e de uma reforma florestal, na forma como estão a lidar com a PT e com os lesados do BANIF, e na gestão do SIRESP.

O primeiro-ministro tem vindo a reforçar a importância de se fazer a “grande reforma da floresta. Mas chegado ao fim do processo, o que vemos é que há uma manta de retalhos, com negociações pouco transparentes. Vemos uma reforma falhada”, denunciou Pedro Passos Coelho.

O que se extrai desta grande reforma? “Um cadastro que não funciona e um ordenamento que não se percebe”, disse.



O que esta maioria aprovou à pressa é um sistema em que “por cada hectare de eucalipto que sai do interior pode plantar-se meio no litoral, fazendo o interior menos competitivo, e um banco de terras, que já existia no Governo PSD, mas em que deixa de haver método para identificar as terras sem dono”.

“Se todas as reformas resultarem desta maneira de fazer política, então é a minha vez de dizer que estamos a perder muito tempo mesmo. Este Governo não fará o que é preciso, não deixa que quem sabe fazer possa fazer, e vai vivendo de boas notícias que possam aparecer da economia e conjuntura”, acusou o líder social-democrata.

“Não houve descentralização, porque o Governo não fez o trabalho de casa”

Recentemente, o primeiro-ministro veio a público mostrar a sua preocupação com o tempo que Portugal está a perder ao não ter fechado o processo de descentralização no Parlamento.

Pedro Passos Coelho mostrou-se incrédulo perante tal afirmação até porque, como lembrou, há quase dois anos que o PSD tem trabalhado no Parlamento para que o processo de descentralização se concluisse. Foi assim aquando da primeira discussão do Programa Nacional de Reformas, aquando da discussão do Orçamento do Estado, e com os vários projetos de lei e de resolução que tem proposto em plenário. Para o Governo e atual maioria, nunca era tempo de discutir, o que resultava no chumbo das propostas social-democratas.

“Só em março deste ano avançaram com propostas genéricas, e foi preciso esperar por junho para se perceber o que queriam. E agora, o primeiro-ministro vem lamentar-se e diz que estamos a perder tempo. O que é que ele está lá a fazer há mais de um ano e meio? Este Governo não fez o que era preciso e estamos a perder tempo com um Executivo que não faz o que é importante em termos estruturais”, acusou o líder da oposição.

As afirmações de António Costa não são, no entanto, por acaso, pois o que pretende é deixar a ideia de que a descentralização não aconteceu porque “a oposição não quis, o que é absurdo pois, como todos sabem, estamos em minoria no Parlamento”. Não houve descentralização “porque o Governo não fez o trabalho de casa. Mas vejam o artifício de querer deixar o ónus de não haver aprovação pela responsabilidade de terceiros.”





Resolução do BANIF foi decidida pelo atual Governo

Foi no Funchal que António Costa afirmou que os lesados do BANIF foram enganados por um sistema que, tal como o próprio apelidou, aldrabou. No entanto, a resolução do BANIF foi decidida “no tempo deste Governo, foi ele que a quis comunicar”, disse Pedro Passos Coelho.

Tal como o líder social-democrata afirmou, “foi este Governo que quis dizer ao País que os termos da resolução estavam acordados com o Governo. Se há lesados, eles decorrem dos termos em que foi decidida a resolução. Mas quem aldrabou quem, que história é esta?”

Como pode o atual Executivo dizer “que a resolução e os lesados não são nada com eles, se o Governo tratou do assunto? Como é possível haver tanto à vontade para sacudir a água do capote e criar a ilusão de que quem governa não é responsável?”, questionou o líder da oposição.

PT: “Ao Governo compete agir e não ameaçar”

Foi durante o que pareceu ser uma pergunta combinada no debate do Estado da Nação que António Costa “resolveu fazer um ataque direto a uma empresa”, afirmando “estar preocupado com os processos de transferência de trabalhadores”. Também nos últimos dias, temos assistido a declarações sobre o tema por membros do Governo, como foi o caso recente do ministro dos Negócios Estrangeiros, ao afirmar que “também fariam greve”.

“Porque é que não dizem que se fossem enfermeiros especialistas também faziam greve? Porque é que não dizem de estar a dizer que fariam greve? Ao Governo compete agir, não ameaçar ou discriminar”, afirmou o presidente do PSD.

“Se o Governo está preocupado, tem instrumentos para atuar. As leis são gerais, os despedimentos estão regulados na lei, é preciso saber se há respeito pela lei, e podem vê-lo. Mas o primeiro-ministro queria dar a entender que isto é o que acontece quando as empresas são mal privatizadas”, denunciou o líder da oposição.

Na verdade, a privatização da PT foi feita quase na totalidade no governo em que António Guterres era primeiro-ministro, e em que António Costa tinha a tutela



dos Assuntos Parlamentares. Esta privatização foi feita pelos socialistas, pelo que se o primeiro-ministro está indignado é “com o seu Governo, mas quis dar a entender que as privatizações são só do meu governo. Como é possível que a política de comunicação acabe num embuste, a lavar as mãos, ou para iludir as pessoas que não tem condições para resolver nada? Esta política é o espelho da maioria que nos governa”, acusou.

SIRESP, que foi adjudicado por António Costa, continua a ser ineficaz

Ainda o verão não vai a meio em Portugal e o SIRESP já deu provas que está sempre a falhar. Mas se há um

sistema que tem a assinatura do atual primeiro-ministro, é este. Foi quando António Costa desempenhava funções de ministro da Administração Interna que “assinou o contrato com a parceria público-privada SIRESP. Como é que o primeiro-ministro, que concebeu este sistema enquanto ministro da Administração Interna, se vem lamentar recorrentemente das falhas do sistema como se não tivesse nada a ver?”, questionou Pedro Passos Coelho.

O que deveria ter era um “pouco mais de constrangimento” perante questões tão sérias.

Festa do Chão da Lagoa

Governo perdoa banca, mas recusa construir o novo Hospital da Madeira



Há “muita cigarra na política portuguesa”, mas, na hora de tomar decisões, têm de ser os sociais-democratas a assumir essa responsabilidade. “Há tanta cigarra na política portuguesa, mas quando é preciso tomar decisões, não é para todos e tem sido para nós e voltará a ser”, declarou o líder social-democrata na festa anual do PSD/Madeira, no Chão da Lagoa, nas serras do Funchal, domingo, 23 de julho.

Pedro Passos Coelho salientou que o PSD “não anda a mascarar as coisas”, nem anda a “fazer conversa bonita”, considerando que só o PSD é que tem “ambição” que o país cresça no futuro.

O líder do PSD disse que “este Governo só sabe viver de boas notícias e quando alguma coisa corre mal, vira-se para a política de comunicação, foge às suas responsabilidades e não atua com liderança”.

“Nós [PSD] fazemos falta ao País” e “temos mostrado, ao longo dos anos, que se o País quer mesmo crescer, ter ambição, chegar longe, vencer os problemas e dar uma esperança aos mais jovens, então é connosco que vai ter de contar, porque nós não desistimos do nosso País, não deixaremos de lutar por um futuro melhor”, explicou.

O presidente do PSD enalteceu o “trabalho extraor-



dinário” desenvolvido pelo governo regional da Madeira que tem contribuído para o crescimento do emprego e da economia. Defendeu que “não há razão para que o Governo da República, reconhecendo esse bom trabalho, não ajude também a região autónoma a enfrentar os custos financeiros do empréstimo que recebeu”.

Passos Coelho criticou ainda o facto de a Madeira pagar juros mais altos do que o Estado, dos empréstimos que contraiu, e defendeu que, se fosse primeiro-ministro, indexava os juros que a Região paga àqueles que a República paga pelos seus empréstimos.

Lamentou igualmente que o Governo da República não tenha ainda cumprido a promessa para com a construção do novo hospital do Funchal. Lembrou que “já quase que levamos metade da legislatura cumprida e o Governo da República, que todos os dias diz que acabou a austeridade, não consegue cumprir com os seus compromissos, nem honrar as suas promessas”. Garantiu, por isso, que o PSD não se esquece “desse compromisso”, acrescentando que “não será por falta de apoio do PSD na Assembleia da República que o Governo de Portugal não há-de cumprir com a sua parte”. Segundo destacou, a população “da Região Autónoma da Madeira merece

que se cumpra esse compromisso”.

O PSD é o único partido verdadeiramente português

Sobre as afirmações do primeiro-ministro no que diz respeito aos lesados do BANIF, Pedro Passos Coelho questionou: “Mas quem é que fez a resolução e quem é que criou aquele quadro de resolução senão o Governo chefiado pelo Dr. António Costa?”. Explicou que “quem está hoje no Governo, sempre que alguma coisa corre mal, ou atira culpas para o passado ou culpa o líder da



oposição ou culpa quem vier a passar no caminho”.

Considerando a atual conjuntura, o líder dos social-democratas salientou: “O PSD é o único partido verdadeiramente português que não se cansa de lutar pelos portugueses”. Fez uma alusão a todos aqueles que “gostam de falar”, dizendo que hoje em dia “há tanta cigarra na política” que, contudo, se mostra incapaz de tomar decisões. Segundo disse, o PSD tem sido capaz de tomar decisões “e voltará a ser no futuro, com o vosso [dos portugueses] apoio, com o vosso empenho”.

O PSD é um “grande partido autárquico”

Pedro Passos Coelho referiu-se, ainda, à “mobilização especial” com que se deparou na Madeira. “Estamos todos empenhados em poder eleger aqueles onze candidatos às câmaras municipais de toda a ilha da Madeira e de Porto Santo”, salientou, destacando que o PSD é um “grande partido autárquico, que serve as populações”. Reforçou a confiança dos autarcas que têm obra para mostrar, dizendo ter a certeza de que “vamos revalidar, com o voto a 1 de outubro, as responsabilidades maiores de governar esses municípios”. Acrescentou, ainda, que “há muitos outros concelhos em que temos melhores candidatos do que aqueles que têm vindo a exercer o poder e é, por isso, que vamos lutar, pela sua eleição”.

O presidente do PSD assinalou, também, “o caminho que fizemos desde as últimas eleições regionais”, em que, segundo disse, “consequimos fechar um ciclo político e abrir um outro com muita responsabilidade, mas também com muito sucesso para todos os madeirenses”. Sucesso que se deve “à liderança de Miguel Albuquerque”.

Ganhar todas as Câmaras da Madeira

O líder do PSD/Madeira e presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, destacou que o objetivo do PSD regional nas eleições autárquicas é “ganhar todas as Câmaras e Juntas de Freguesia” do arquipélago.



“Há uns tipos em Lisboa que já estão a fazer desenhos no caderno, para saber quando é que vão chegar ao poder regional por via das eleições autárquicas. A nossa função é dizer que eles vão pegar nesses cadernos e vão jogar para a lareira, para arder, e vão ter um grande desgosto”, disse Albuquerque, vincando que “vitória é o único objetivo que nos move”.

“O Chão da Lagoa está cheio e vamos vencer as eleições autárquicas”, realçou, assegurando que a vitória será “contundente”.

“Vamos denunciar a mentira e o logro que foi a governação da esquerda nas câmaras da região”, afirmou, alertando, em particular, para a autarquia funchalense (liderada pela coligação Mudança: PS, BE, PTP, MPT e PAN), que tem “a pior vereação desde o tempo de D. Manuel”.

“O grande objetivo é salvar o Funchal da incompetência”, realçou, destacando, por outro lado, que as eleições não se ganham em “sondagens, Facebook, publicidade paga e cartazes mentirosos”, mas sim no terreno, junto do povo e da população.

Miguel Albuquerque disse ainda que os compromissos do PSD, enquanto Governo Regional, serão “totalmente cumpridos” e apelou ao Governo da República para que faça o mesmo em relação à Madeira.

O problema que temos é um Governo da República que está preocupado com as eleições autárquicas e nós queremos apenas uma coisa: que cumpra os seus compromissos com a Madeira”, afirmou, destacando o apoio à construção do novo hospital, a devolução da sobretaxa do IRS e um melhor subsídio de mobilidade para os transportes aéreos.

Miguel Albuquerque considerou também “inadmissível” que a Madeira pague ao Estado uma taxa de juro pela dívida mais alta do que o Estado paga ao FMI e às instituições financeiras.

A festa do PSD-Madeira, aberta a militantes, simpatizantes e população em geral, teve a sua 34.ª edição, e 25 mil pessoas deslocaram-se à Herdade do Chão da Lagoa, para se divertirem, percorrendo as 57 barracas de comes e bebes, as estruturas de feirantes e as de diversão, assistir aos espetáculos musicais de 40 grupos e artistas madeirenses. No plano político, a festa do Chão da Lagoa contou com a participação do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, do presidente do PSD-Madeira, Miguel Albuquerque, do secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, do líder parlamentar, Hugo Soares e do anterior presidente da bancada social-democrata, Luís Montenegro.





Matos Rosa em Mação e Vila Real

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na apresentação de candidatura de Vasco Estrela à Câmara Municipal de Mação, sábado, 22 de julho de 2017. O secretário-geral do PSD participou igualmente na sessão de inauguração da sede de campanha do PSD de Vila Real, sexta-feira, 21 de julho de 2017.



PSD tem 118 coligações, 84 com CDS-PP

A Comissão Política Nacional deu luz verde a um conjunto de candidaturas a autarquias locais, entre as quais constam 118 acordos de coligação, liderados ou integrados pelo Partido Social Democrata (PSD).

Dos 118 acordos de coligação homologados pela Comissão Política Nacional, 84 consistem em candidaturas constituídas exclusivamente pelo PSD e pelo CDS – Partido Popular, na sua esmagadora maioria encabeçadas pelos social-democratas.

Seis candidaturas são compostas pelo PSD, o CDS-PP e o Partido da Terra-MPT (MPT); cinco pelo PSD, o CDS-PP e o Partido Popular Monárquico (PPM); 12 pelo PSD, o CDS-PP, o MPT e o PPM.

Foi celebrada ainda uma coligação entre PSD, CDS-PP, MPT, PPM, Partido Cidadania e Democracia Cristã (PPV/CDC).

Com o MPT, o PSD tem quatro acordos homologados pela Comissão Política Nacional e também quatro constituídos exclusivamente com o PPM.

Existe ainda um acordo de coligação constituído entre o PSD, o MPT e o PPM e uma coligação entre o PSD e o Nós, Cidadãos!.

PS desbaratou PT em “caldo de negócios ruins”

“Dá-nos pena que o PCP, agora de braço dado com os herdeiros de José Sócrates, não diga quem foi o responsável pela privatização da Portugal Telecom (PT)”, afirmou dia 19, Adão Silva, na Assembleia da República. Acusando o PCP de falta de franqueza e de ânimo revolucionário, o deputado social-democrata quis “deixar tudo claro”: “o responsável por esta privatização foi José Sócrates”, foram os socialistas “que usaram e abusaram de uma empresa que, com milhares de trabalhadores, é absolutamente estratégica para Portugal”.

Foi o PS quem “desbaratou a empresa num caldo de negócios obscuros, obscenos e ruins”, recordou o vice-presidente do Grupo Parlamentar e que, por conseguinte, “usaram e abusaram de todos nós em atos de marialvismo económico que, hoje, estamos todos a pagar”. Tal como lembrou Adão Silva, “na hora da bancarota de 2011, deixaram ainda um legado ao País e ao governo: a eliminação dos direitos especiais que o Estado tinha ainda na PT”.

O PSD reiterou que “os direitos dos trabalhadores devem ser escrupulosamente respeitados”. Caso não o sejam, “a culpa é deste Governo e da sua maioria que pode fazer e alterar leis e intensificar a atuação da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)”.

O PCP (assim como BE e PEV) “é comparsa deste Governo e membro efetivo, a tempo inteiro, desta maioria”, alertou o deputado, ao intervir em plenário. Neste sentido, apelou para que se deixem “de hipocrisia”. Salientou, por isso, que “governar não é um ato de queixume, azedume ou de simulação, mas de construção e tempo de tomar decisões eficazes”.

**António Costa evidencia
“linha de continuidade com o
socratismo”**



Adão Silva expôs, ainda, a intenção “não assumida” desta marcação do PCP “que se liga com a forma agressiva como, nos últimos dias, António Costa tem atacado a PT Altice, no melhor estilo de um governante de uma república bananeira”. Explicou que o primeiro-ministro mostra ter uma “estranha linha de continuidade com o socratismo triunfante da década passada”, denotando-se “os mesmos tiques e truques” de então.

Assim, “António Costa denigre e enxovalha empresas privadas”. “Será porque a PT Altice, num momento em que procede à compra da Media Capital/TVI se tornou num incómodo para o seu Governo de meias verdades e de dissimulação?”, perguntou, aludindo à “lei da rolha”

que o atual Executivo parece querer impor aos “organismos que deveriam informar os portugueses”.

“António Costa, num alinhamento perfeito com o seu precursor inspirador político José Sócrates, quer governar na base da dissimulação, dos subterfúgios, das inverdades e do passa as culpas”, reforçou, acusando ainda PCP e BE de se entregarem “com denodo e empenho” a esta forma de governar. “Quem havia de dizer que o PCP e o BE seriam, afinal, comparsas desta comédia de enganar? Quem havia de dizer que o PCP e o BE iriam instrumentalizar os trabalhadores de uma empresa privada para acobertar propósitos inconfessáveis de António Costa e dos socialistas reinantes?”, questionou.

Apuramento de responsabilidades no furto de Tancos



O furto de material de guerra, em Tancos, é demasiado grave para se ir de férias, sem averiguações prévias ao que sucedeu, de acordo com os deputados do PSD. Depois da reintegração dos cinco comandantes – afastados dos cargos, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, Rovisco Duarte, para não perturbarem as averiguações internas – bem como da decisão de transferir o material que ainda se encontra em Tancos para outros paióis, os deputados do PSD querem saber os resultados das averiguações.

“É tempo de pedir responsabilidades e explicações”, afirma o deputado social-democrata José Matos Correia. Ainda nesta sessão legislativa, o PSD vai requer a audição urgente do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o general Pina Monteiro, do secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), José Júlio Pereira Gomes, e da secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda.

“O PSD está, assim, a dar corpo à perplexidade que atingiu o País desde a semana passada, mais concretamente desde a reunião em que estiveram presentes o senhor primeiro-ministro e os senhores militares, porque, aparentemente, tudo aquilo que era grave deixou de ser

grave, as contradições são imensas”, afirma José Matos Correia. “Do ponto de vista político e do ponto de vista militar, umas vezes dizem-se umas coisas, outras dizem-se outras. São muitas as contradições que têm surgido nas declarações quer dos responsáveis do Governo, quer das chefias militares.

Desde logo, entre as primeiras declarações do ministro da Defesa e do Chefe de Estado-Maior do Exército, e as declarações do primeiro-ministro, quando voltou de férias, e do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Pina Monteiro, tentando desvalorizar o furto de material militar de Tancos. Para o PSD a “tese” de que o material roubado estava obsoleto e, como tal, não terá valor de utilização, não apaga as fragilidades da falta de segurança dos paióis.

O primeiro-ministro afirma agora que, antes de ir de férias, lhe foi “garantido, pela Coordenadora da Segurança Nacional, com grande certeza e segurança que este material não se destinava ao terrorismo internacional”. Importa saber que informação tinha Helena Fazenda para poder dar estas garantias ao primeiro-ministro.

O ministro da Defesa assumiu que o furto era uma situação grave e que o material de guerra “estaria a entrar para os circuitos de comércio ilegal de armas”, o que justificava a obrigação de alertar os nossos parceiros da NATO. Quando o primeiro-ministro chegou de férias, soube-se, afinal que o material não estava em condições de ser utilizado. Falamos do mesmo material que teria, alegadamente, sido furtado por profissionais altamente preparados e com ajuda interna.

“É preciso ir ao fundo das questões. Como disse o senhor Presidente da República, apurar tudo até às últimas consequências. Esperamos que os outros grupos parlamentares estejam disponíveis para aceitar a proposta que o PSD apresentar. Se não o fizerem há instrumentos regimentais que o PSD não deixará de utilizar para que as pessoas em causa possam vir à comissão”, sublinha José Matos Correia.

Em função do que for dito na reunião da comissão parlamentar, o PSD não descarta ainda a possibilidade de voltar a chamar o ministro da tutela, Azeredo Lopes, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, Rovisco Duarte.

PSD exige saber posição oficial sobre a Venezuela

A posição de Portugal em relação à eventual aplicação de sanções à Venezuela pela União Europeia (UE) está envolta em contradições e o PSD exigiu esclarecimentos ao Governo, através de uma pergunta dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

O diário "El País" noticiou na semana passada que Portugal foi o único país da UE que descartou sanções à Venezuela. O ministro dos Negócios Estrangeiros veio desmentir essa informação em comunicado em que diz que "Portugal não se opôs, no seio da União Europeia, à aplicação de sanções à Venezuela, pela simples razão de que essa questão não foi ainda discutida entre os Estados-Membros da UE" e que Portugal "se revê inteiramente" nas conclusões aprovadas no Conselho de Negócios Estrangeiros (da União Europeia) de 15 de maio e, também, na declaração feita na segunda-feira pela alta representante da Política Externa e Segurança da UE, Federica Mogherini, após a reunião dos chefes da diplomacia europeus desta segunda-feira.

Esta resposta, oficial, não coincide com as declarações de Federica Mogherini, que informou que apesar do tema da Venezuela não estar na agenda, o assunto foi abordado e que "a violência já reclamou demasiadas vidas e arrisca-se que venha a escalar com a [criação da] Assembleia Constituinte".

Mogherini exortou o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, a suspender o processo para uma Assembleia Constituinte, marcada para 30 de julho, e advertiu que "todas as opções", tais como sanções, estão em cima da mesa.

Em reação às contradições verificadas entre as declarações da responsável de diplomacia europeia e o comunicado dos Negócios Estrangeiros, o PSD exige clarificação sobre a posição oficial do governo português.

"A nota emitida pelo Governo à comunicação social, enferma, ela própria, de contradição. Isto é, se por um lado diz que o assunto não foi abordado, por outro faz alusão à 'declaração feita pela alta representante, em que Federica Mogherini assume a discussão do tema', refere a pergunta do PSD.

O ministro dos Negócios Estrangeiros emitiu, entretanto, outra nota oficial, onde diz que "uma coisa é referir-se que todas as possibilidades de ação político-diplomática estão sempre em cima da mesa. Outra coisa é discutir-se, em concreto, a aplicação de sanções de qualquer tipo, qualquer natureza ou alcance, discussão essa que, à data, ainda não ocorreu". E, com esta nota, continua a omitir qual a posição oficial do governo português sobre o tema.



"Infelizmente, este é um padrão na ação do Governo revelador do seu desnorte: perante qualquer adversidade (maio ou menor) foge para a frente com mentiras, omissões ou manipulações", acusa o deputado social-democrata Duarte Marques.

"O novo comunicado emitido só confirma o que já afirmámos: o Governo, e em particular o MNE, tentou enganar os portugueses sobre os temas que foram de facto discutidos na reunião de ministros de Negócios Estrangeiros", sustentou o deputado do PSD.

PSD questiona encerramento de salas no Museu de Arte Antiga

O grupo parlamentar do PSD pretende saber que medidas concretas foram tomadas pelo Ministério da Cultura para resolver a falta de vigilantes no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em Lisboa, levando ao encerramento da maioria das salas.

Num conjunto de perguntas apresentadas por escrito no parlamento, para ser enviado ao Governo, através do Ministério da Cultura, os sociais-democratas defendem uma "ação rápida" e "urgente" do ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, para permitir o normal funcionamento do MNAA.

O MNAA chegou a ter dois pisos encerrados por falta de vigilantes/rececionistas, mas na terça-feira abriu o terceiro piso ao público, mantendo fechadas as salas de mobiliário português e de artes decorativas europeias e, parcialmente, as do segundo piso.

O PSD quer que o ministro da Cultura indique "que garantias pode dar para que esta situação fique regularizada", e que a insuficiência de recursos humanos vai deixar de ser um problema para o museu.

Hugo Soares eleito líder parlamentar do PSD



Hugo Soares foi eleito presidente do grupo parlamentar do PSD, na quarta-feira, 19 de julho, por 85,4% dos votos. Até agora vice-presidente da bancada social-democrata, substituiu Luís Montenegro na liderança dos deputados do PSD, que atingiu o limite de mandatos. Com Hugo Soares foram também eleitos como vice-presidentes Adão Silva, Amadeu Albergaria, António Leitão Amaro, Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Luís Leite Ramos, Miguel Morgado, Miguel Santos, Nuno Serra e Sérgio Azevedo. A estes vice-presidentes juntam-se agora os deputados Margarida Mano e José Cesário, que passam a integrar a direção da bancada. Entre as escolhas do novo líder parlamentar estão, ainda, os nomes de Pedro Pimpão, Ângela Guerra e Clara Maques Mendes para secretários da direção.

Na primeira declaração que fez, Hugo Soares prometeu uma “oposição de combate”. Hugo Soares declarou que a votação veio “reafirmar a união e coesão do grupo parlamentar”. Também afirmou que o grupo parlamentar do PSD “continuará a apresentar ao país um projeto alternativo” e a “denunciar um primeiro-ministro que foi uma ilusão e que é hoje chefe de um Governo de desilusão”. “Vamos ser uma oposição de combate, mas sobretudo construtiva, mostrando que há alternativa para o país”, frisou o deputado.

Advogado, licenciado em Direito, Hugo Alexandre Lopes Soares é militante do Partido Social Democrata desde 2002. Desempenhou já diversos cargos no partido. Em Braga, foi vice-presidente da Comissão Política de Secção, a que preside atualmente e desde 2015. Foi presidente da Juventude Social Democrata, entre 2012 e 2014.

Também pelo círculo eleitoral de Braga foi eleito deputado à Assembleia da República, em 2011. Assumiu o cargo de vice-presidente do grupo parlamentar em 2013. Na atual legislatura, desempenhou as funções de coordenador do PSD na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco. Como suplente, integra ainda as comissões parlamentares de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; de Defesa Nacional; para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas; e ainda a Subcomissão de Ética.



POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Pronúncia de Leonor Beleza gera vaga de indignação

Processos assim envergonham a Justiça

• Artigos de António Barreto, Emídio Rangel, Freitas do Amaral, Paulo Portas, Vasco Pulido Valente e Victor Cunha Rego

páginas 5, 8, 9 e 16

XXI Congresso do PSD em Fevereiro para arrancar com AD para a vitória

páginas 5 e 14

Conferência reúne ministros estrangeiros em Lisboa

PSD apoia alargamento da União Europeia e lembra compensação para Portugal

páginas 6, 7 e 10

Marcelo na Assembleia do Atlântico

Portugal será sempre parceiro fiel da NATO

• NATO deve aliar-se às opiniões públicas, às mulheres e aos jovens

página 11

**Carlos Pimenta
ataca incineração
de resíduos tóxicos**

página 3

**Santana Lopes
analisa
desgaste do Governo**

página 4

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



AMARES

A Comissão Política Distrital de Braga solicitou a anulação da convocatória publicada no "Povo Livre" de 19 de Julho que é substituída por esta. Assim a convocatória oficial é a que segue:

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amares, para reunir no próximo dia **04 de Novembro de 2017** (sábado) pelas 17h00 na sede, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36 - Ferreiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

- Notas**
- As listas candidatas, deverão ser entregues na sede distrital, sita na Rua de Santa Margarida, 2 - A - 2º sala 8 ao presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 04 de Agosto de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita no Centro Comercial Norte Vez, Rua Nunes de Azevedo, nº 77 - cave, com a seguinte

- Ordem de trabalhos.
1. Análise da situação política nacional e local
 2. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos (artigo 53º nº 2, alínea f) dos Estatutos
 3. Outros assuntos de interesse

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro, para reunir no próximo dia 28 de Agosto de 2017 (segunda-feira) pelas 16h00 na sede, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177-1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto Único -: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

- Notas**
- As listas candidatas, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede encontra-se aberta, nesse dia, para o efeito entre as 22h00 e as 24h00
 - As urnas estarão abertas das 16h00 às 22h00

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 04 de Agosto de 2017 (sexta-feira) pelas 21h30 na sede, sita na Av. Alcades de Faria, 270 - 1º D, com a seguinte

- Ordem de trabalhos.
1. Informações
 2. Análise da situação político - partidária
 3. Análise das candidaturas aos órgãos das Autarquias de Barcelos

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 02 de Setembro de 2017, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos
Ponto único - Análise da situação político-partidária

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Mafra, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 03 de Agosto de 2017 (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua do Arvored, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de trabalhos
Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, aprovar o programa eleitoral, sob proposta da Comissão Política, ao abrigo da alínea f) do ponto 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 31 de Julho de 2017 (segunda-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte

Ordem de trabalhos.
Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos locais e aprovar o programa eleitoral (artº.53, nº 2, alínea f) dos Estatutos



BELMONTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD de Belmonte para as eleições relativas à Comissão Política e a Mesa do Plenário, a decorrer no próximo dia 9 de setembro de 2017, das 16h às 18h, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Belmonte. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição a Comissão Política e da Mesa do Plenário da JSD de Belmonte.

- Notas:**
- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Covilhã para reunir, ordinariamente, no dia 3 de Agosto de 2017, Quinta-feira, pelas 20h30m, na sede da JSD Covilhã, sita Rua Ruy Faleiro, n.º 46 - 1.º Direito, 6200 Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros assuntos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 19/7/2017

OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e dos demais Regulamentos em vigor, convocam-se os militantes desta concelhia para reunirem no próximo dia 27 de Julho de 2017, às 21 horas e 30 minutos na sede do PSD Oleiros, sita, Praça do Município, Edifício da Santa Casa da Misericórdia, 6160-409 Oleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação dos candidatos da JSD a integrar as listas do PSD às eleições autárquicas 2017.
2. Outros assuntos.

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-democrata, convoca-se o Plenário Concelhio de Sertã para reunir dia 4 de Agosto, pelas 19:30, na sede do PSD de Sertã, sito na Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal, Centro Comercial Avenida - Loja 3, 6100 - 758 SERTÃ, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Aprovação dos candidatos da JSD a integrar as listas do PSD às eleições autárquicas de 2017;
3. Outros assuntos.

NESD DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR (UBI)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos na Universidade da Beira Interior, para as eleições do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, a decorrer no próximo dia 22 de Setembro de 2017, das 14h às 16h, na Sede do JSD da Covilhã, sita Rua Ruy Faleiro, 46 - 1 Dt, 6200 Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Direção e da Mesa do Plenário do NESD UBI.

- Notas:**
- As listas deverão ser entregues ao Coordenador Distrital do Ensino Superior, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

Informamos os nossos leitores que o "Povo Livre" interrompe para férias durante o mês de agosto.
Estaremos de volta no dia 6 de setembro. Boas férias!